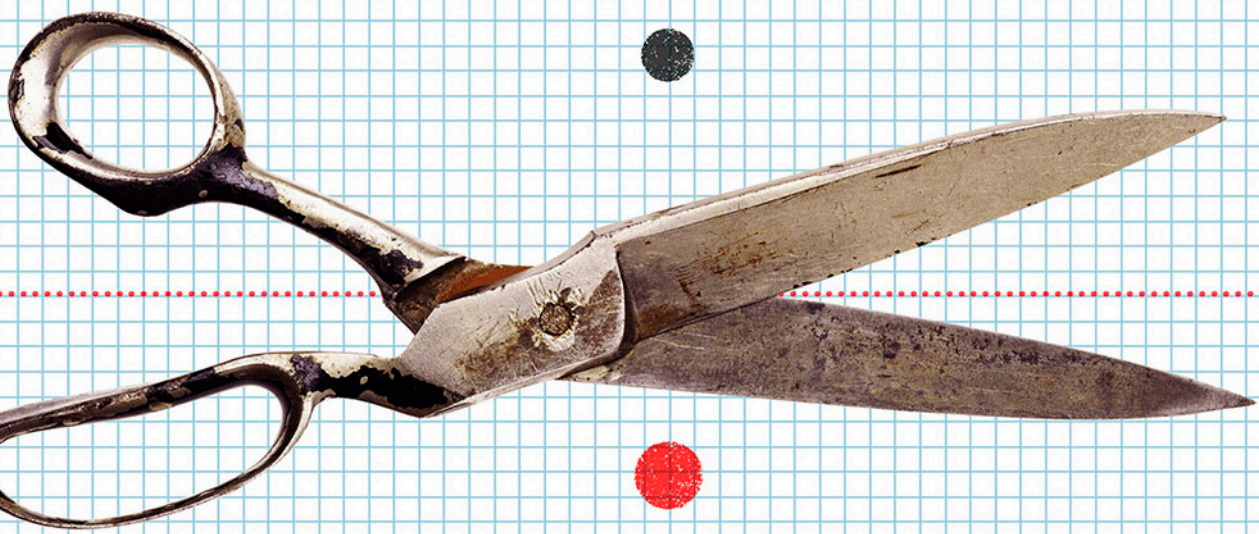
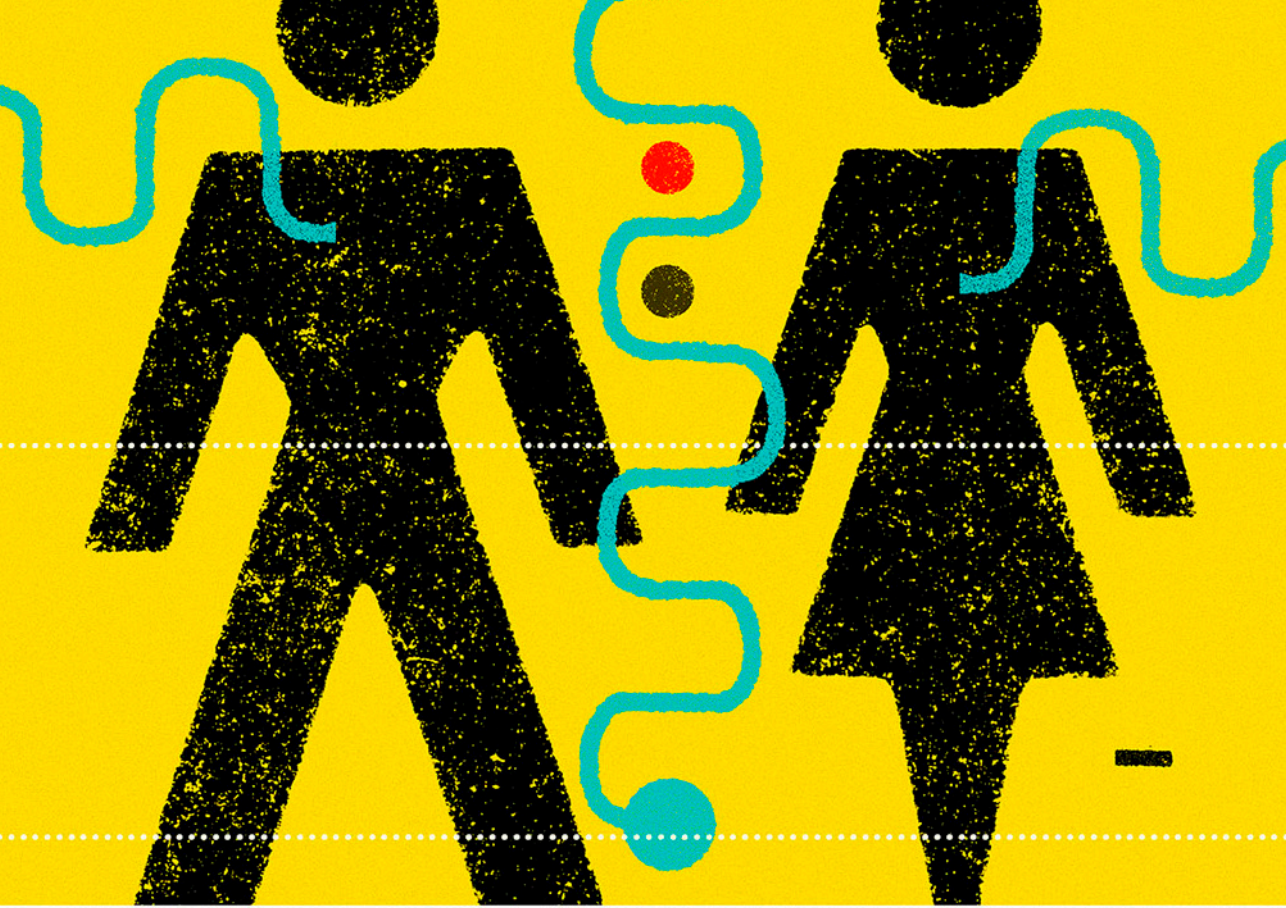




“Às custas da classe média”? Uma análise sobre a redução da desigualdade no Brasil (2001-2015)

At the expense of the middle class? An analysis of the decline in inequality in Brazil between 2001 and 2015

IGOR FOIS ABRAMOF

Graduado em Economia pela UFRJ.

RJ – Brasil

orcid.org/0000-0003-4888-0345

igor.abramof@gmail.com

CELIA LESSA KERSTENETZKY

Professora Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

RJ – Brasil.

orcid.org/0000-0002-5747-2485

celiakersten@gmail.com

DANIEL GONÇALVES MANO

Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

RJ – Brasil.

orcid.org/0000-0001-9476-4279

danielmano.medio@iserj.edu.br

MARCELA NOGUEIRA FERRARIO

Professora adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

PR – Brasil.

orcid.org/0000-0002-6054-7943

mnferrario@gmail.com

Resumo

Analizamos neste artigo a hipótese de que teria havido no Brasil, em paralelo ao processo de redução da desigualdade de renda observado no início do século XXI, o encolhimento da classe média, como sugere estudo de Morgan (2017), ao apontar o grupo intermediário de renda (os 40% do meio da distribuição) como os “perdedores” relativos do processo redistributivo verificado no país entre 2001 e 2015. Utilizamos as PNADs 2001-2015 e uma metodologia indutiva para identificação da classe média com o intuito de examinar as características socioeconômicas desse grupo intermediário e a sua dinâmica distributiva interna, e assim verificar se é pertinente sua classificação como “classe média” e se, de fato, o grupo poderia ser considerado um perdedor relativo desse processo. Nosso exame desse grupo não confirma a interpretação de classe média perdedora.

Palavras-chave: classe média; desigualdade de renda; redistribuição de renda; pobreza; mobilidade social.

Abstract

In this article, we analyze the hypothesis that there would have been in Brazil, in parallel with the process of reducing income inequality observed at the beginning of the 21st century, the shrinking of the middle class, as suggested by Marc Morgan in 2017, when indicating the intermediate group of income (40% of the middle of the distribution) as the relative “losers” of the redistributive process observed in the country between 2001 and 2015. By using the 2001-2015 PNADs (National Household Sample Surveys, IBGE) and an inductive methodology to identify the middle class, we examined the socioeconomic characteristics of this intermediate group and its internal distribution process to verify if its classification as “middle class” is pertinent and whether, in fact, the group could be considered a relative loser in this process. Our examination of this group does not confirm the interpretation of it as the ‘loser middle class’.

Keywords: middle class; income inequality; income redistribution; poverty; social mobility.



<http://dx.doi.org/10.51861/ded.dmvdd.3.027>

Recebido em: 23 de julho de 2022. Aprovado em: 19 de agosto de 2022.

“Houve um pequeno progresso [no Brasil] nos segmentos inferiores da distribuição da renda (...) mas os pobres ganharam às custas da classe média, não dos mais ricos, e a desigualdade continua muito grande”

Thomas Piketty, Folha de S. Paulo, 29 de setembro de 2017

INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, tem crescido o número de estudos a revelar o aumento das desigualdades econômicas nos países ricos. Uma característica da evolução dessas desigualdades, frequentemente enfatizada, é o incremento da concentração da renda e da riqueza entre os mais ricos. Mas, os mesmos estudos têm revelado que a ‘decolagem dos ricos’ vem em geral acompanhada pela compressão das classes médias, indicando a disseminação de sociedades crescentemente polarizadas. Problemas sociais e políticos, como impactos negativos sobre a coesão social e a democracia, vem despertando (alguma) preocupação pública e progressivo interesse acadêmico.

Enquanto o mundo rico e emergente assistia ao recrudescimento das desigualdades, no Brasil (e em outros países da América Latina), pesquisas indicavam importante declínio de desigualdades históricas, a refletir a combinação entre um bom período de crescimento e um sólido conjunto de políticas redistributivas. Segundo essas pesquisas (FERREIRA, 2006, BARROS, FOGUEL & ULYSSEA, 2007, LÓPEZ-CALVA & LUSTIG, 2010, HUBER & STEPHENS, 2012, ARRETICHE, 2016, HOFFMANN, 2018) a redução das desigualdades teria sido um fenômeno consensual, já que, conquanto os mais pobres se teriam beneficiado mais intensamente do que os demais, todos os grupos se beneficiaram em termos absolutos.

Esses resultados foram questionados por pesquisas posteriores (MEDEIROS, SOUZA & CASTRO, 2015a, MORGAN, 2017, SOUZA, 2018) que, ao se debruçar sobre dados representativos dos rendimentos dos mais ricos (como tabulações das declarações do Imposto de Renda fornecidas pela Receita Federal do Brasil), passaram a contar uma história diferente. A desigualdade brasileira como um todo teria se estabilizado, não declinado. Confirmavam-se os ganhos absolutos e relativos dos mais pobres, porém revelavam-se os significativos ganhos absolutos e a estabilidade dos ganhos relativos dos mais ricos, assim como a perda relativa dos estratos intermediários. A sugestão seria de que os ganhos dos pobres, na medida em que não foram cedidos pelos mais ricos, adviriam exclusivamente de perdas relativas sofridas pela classe média.

O debate brasileiro progrediu cindido entre essas duas perspectivas: no primeiro grupo, o retrato desenhado pelas Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar (PNADs), com sua ênfase nos rendimentos do trabalho e na redução das desigualdades desses rendimentos, e no segundo grupo, o retrato esboçado pela incorporação dos rendimentos declarados dos mais ricos (complementado por informações das Contas Nacionais) a representar desigualdades estáveis.

A nosso juízo, os dois retratos do progresso social ocorrido no país são fiéis ao que retratam, isto é, suas distintas bases de dados; nosso interesse não está em dirimir esse debate. Dirigimos nossa atenção, contudo, a uma possível interpretação dos achados do segundo grupo acima referido. O que desejamos investigar é se a afirmação de que a classe média brasileira foi a perdedora no experimento redistributivo recente procede – ou, nos termos do debate em países ricos, se a classe média brasileira sofreu ‘compressão’ (ainda que por razões diversas daquelas incidentes nos países ricos). Essa interpretação, se corroborada, alinharia o Brasil com resultados internacionais e implicitamente endossaria a tese de que pioras (nos países ricos) ou melhoras (no Brasil) na distribuição de renda teriam ocorrido (ou só poderiam ocorrer?) em detrimento da classe média. Justificamos nossa investigação, não apenas por refinar a compreensão da questão distributiva no Brasil recente, como pelas oportunidades ou dificuldades que descortina para a formação de coalizões de classes em apoio a políticas redistributivas.

Para responder à questão de se foi a classe média o estrato social perdedor, analisamos o segmento intermediário da distribuição de renda brasileira, os 40% do meio da distribuição, delimitados pelos 50% mais pobres e os 10% mais ricos. Na pesquisa de Morgan (2017), esse estrato é identificado como o perdedor relativo. Nossa análise visa a determinar se esse segmento pode ser considerado ‘classe média’, ou se abriga em seu interior um estrato de classe média, e se em todo ou em parte ele teria perdido posição relativa. Para tal, utilizamos as PNADs, pois, a despeito de não serem consideradas representativas dos rendimentos dos mais ricos, essas pesquisas trazem informações socioeconômicas essenciais para o delineamento de estratos sociais. Nossos resultados indicam que os 40% do meio da distribuição estão mais próximos dos 50% mais pobres em muitos dos marcadores usuais de classe média e que apenas o vigésimo superior desse estrato se encaixaria (limitadamente) no estereótipo de ‘classe média perdedora relativa’ do experimento redistributivo recente no país.

O artigo está assim organizado. A seção 2 relata o crescente interesse no problema da compressão da classe média em países ricos e o relativo desinteresse em países menos desenvolvidos, Brasil incluído, onde, concomitantemente discutia-se a emergência de uma nova classe média. A seção 3 apresenta a metodologia utilizada para levar a cabo a pesquisa empírica. A seção 4 traz os resultados e a última seção encerra o artigo com comentários conclusivos e indicação de desejáveis desdobramentos da pesquisa.

A COMPRESSÃO DA CLASSE MÉDIA

A impressão de que o fantasma do encolhimento ronda a classe média, embora relativamente recente, possui sua história. Na década de 1980 surgem os primeiros registros na esfera pública da preocupação com a estagnação ou deterioração das condições de vida da classe média, sobretudo nos Estados Unidos, que fora, no pós-segunda guerra, o modelo típico de uma “sociedade de classe média”, na

expressão de Mills (1969) em seu estudo clássico sobre a emergência e ampliação da camada de trabalhadores *white collar* americana.

A questão se configura, nos anos 80, ainda de maneira vaga e impressionista, ocupando manchetes e páginas de jornais e revistas, e servindo de munição para contendas político-partidárias. Já em 1984, por exemplo, o *New York Times* publicava o artigo de página inteira “The Disappearance of the middle class”, do economista Lester C. Thurow. O título refere-se ao gradual esvaziamento, entre os anos 1967 e 1982, da faixa populacional que orbita em torno da renda mediana americana (25% abaixo e acima da mediana): de 28,2% para 23, 7% das famílias. Em 1986, extensa reportagem da *Time Magazine* abordava a questão, oferecendo uma visão panorâmica da crescente repercussão acadêmica sobre a trajetória declinante da classe média americana.

O debate público em torno da questão perde força na década seguinte, segundo Pressman (2007), devido ao crescimento econômico e à baixa taxa de desemprego que marcaram, sobretudo, a segunda metade dos anos 90 nos EUA, e teriam estancado, ainda que temporariamente, a tendência observada na década anterior. O tema, no entanto, não desapareceu por completo da agenda pública, e seguiu despertando interesse, adentrando inclusive a arena político-partidária americana. Nesse sentido, um dos momentos mais significativos foi a contenda em torno de discursos e declarações do Secretário do Trabalho da Administração Clinton, Robert Reich, ao longo de 1994 e 1995, (JOINT ECONOMIC COMMITTEE, 1996; REICH, 1994) nas quais o democrata apontava o declínio da renda mediana familiar durante os quinze anos anteriores, a maior parte governada pelo Partido Republicano. No ano seguinte, um relatório do *Joint Economic Committee* Republicano do Congresso Americano retorquia os argumentos de Reich, ao responsabilizar a gestão Clinton pelos resultados, sem, contudo, contestar o fato de que a renda da classe média diminuía ao fim do período.

Na virada do século, o debate ganha corpo com a divulgação de novas evidências e a proliferação de pesquisas sobre o tema. Estudo de 2001 de Andrew Beveridge comparou informações do Censo de 1990 às de um *survey* experimental realizado em 2000, detectando declínio da renda mediana familiar em estados centrais como Nova Iorque, Califórnia, Connecticut e Washington D.C. O dissenso, contudo, seguia vivo. Ao noticiar a pesquisa, o *Times* apresentava a voz dissonante de Stephen Kagan, economista-chefe do Estado de Nova Iorque: “I would challenge anybody to find a middle-class family in this region whose economic condition has declined,” (...) Nobody’s real income goes down during periods of prosperity -- no group of people. Everybody rises, but they rise at different rates.” (SCOTT, 2001)

As pesquisas acadêmicas, que nas décadas anteriores, apareciam de forma episódica, passavam gradualmente a compor um campo de estudos. Nos anos 80 e 90, destacaram-se os trabalhos de Kuttner (1983), Gillman e Dunkerley (1988) e Jenkins (1995). Nos anos 2000, as análises extrapolam as fronteiras americanas e ganham escopo internacional, como atesta a Tabela 1.

Tabela 1: Artigos científicos sobre o declínio da classe média em periódicos de Língua Inglesa (2001-2010)

EUA	Internacional	Alemanha	Coreia	Austrália	Itália	Total
7	6	1	1	3	1	19

Fonte: Google Scholar, JSTOR e RePEc

Comparando-se com o decênio anterior, a consolidação do tema se evidencia. De 1991 a 2000, 6 artigos puderam ser encontrados nas mesmas bases relacionadas na Tabela 1, todos tomando como objeto de estudo a classe média americana. De 2001 a 2010, destaca-se, como expressão da perspectiva internacional, o estudo de Pressman (2007), ancorado em dados do *Luxembourg Income Study* (LIS), centro de pesquisas criado em 1983, que tornou disponível, a partir de 1987, uma base de dados harmonizada sobre renda familiar e individual, abrangendo 22 países, a maior parte europeia. Ao analisar e comparar as séries históricas disponíveis a partir de 1980 até o ano 2000 sobre renda familiar em 11 desses países, Pressman encontra notável diversidade na direção e na intensidade desses processos: declínio forte¹ da classe média em Reino Unido, Taiwan e Suécia, moderado em Estados Unidos e Espanha e, em direção oposta, aumento sensível da classe média em Noruega e Canadá. No interior dos países onde se observou a redução da classe média, Pressman verifica ainda duas tendências nítidas, mobilidade social ascendente e descendente, com predomínio desta última. No agregado dos países analisados, a proporção de famílias descendentes representava o dobro das que ascendiam na hierarquia de classes de renda, com a notável exceção da Suécia, único país em que se observava certo equilíbrio nos destinos econômicos familiares.

Ainda nesse período, outro trabalho de viés internacional foi o de Garrett (2004), que realçava o papel da globalização no encolhimento das classes médias nacionais e no enfraquecimento das economias dos países de renda média. Garrett sustenta que a abertura comercial e a integração econômica crescentes características das décadas de 1980 e 1990 resultaram em aumento considerável do PIB per capita nos chamados países de renda alta e baixa, de acordo com a classificação do Banco Mundial. Em países de renda média como os latino-americanos, os europeus do leste e os Tigres Asiáticos, por sua vez, Garrett identifica crescimento muito mais tímido do indicador no período. O fraco desempenho dos países de renda média, conclui Garrett, tende a constituir uma pressão adicional crescente sobre as min-guantes classes médias industriais dos países desenvolvidos, com a intensificação dos fluxos migratórios e da competição nesses mercados de trabalho.

Do ponto de vista americano, o declínio da classe média foi retratado por Krugman (2007) em relato memorialístico sobre a derrocada da América em que foi criado, das décadas de 50 e 60, definida como uma sociedade de classe média, na qual o autor identificava um sentimento difuso de pertencimento a uma comunidade de semelhantes, governada a partir de valores fundamentais consensuais,

¹ Declínio aqui compreendido como queda do percentual de famílias na faixa mediana de renda (entre 75% e 125% da renda mediana)

fiadores de uma ordem política moderada, a despeito da existência de questões críticas como a segregação racial e a guerra do Vietnã.

Na década seguinte, a abordagem internacional ao problema da classe média manteve-se viva, em trabalhos como o de Milanovic (2016), que contrasta dois processos paralelos e complementares, em linha com as observações anteriores de Garrett. Milanovic (2016:10) identifica o surgimento de uma nova “classe média global” com o recente crescimento econômico acelerado de países asiáticos – os outrora “países de renda baixa” assinalados por Garrett (2004). Entre os ganhadores do processo de globalização das últimas décadas, Milanovic (2016:22) inclui grupos posicionados em torno da mediana na distribuição de renda de países como China, Índia, Tailândia, Vietnã e Indonésia, enquanto os perdedores, em termos relativos (boa parte auferiu ganhos absolutos) se encontram, sobretudo, nas classes populares e médias dos países ricos. Essa perda relativa, porém, não se restringe à comparação internacional: na dinâmica interna da distribuição de renda dos países ricos, observa-se o “esvaziamento da classe média e a crescente importância política dos ricos” (Milanovic, 2016:176). Ou seja, se em termos globais, testemunhava-se a emergência de uma nova classe média, no interior de muitos países desenvolvidos, fenômeno inverso ocorria.

A segunda década do século XXI foi marcada não apenas pela produção de novas evidências sobre a crise da classe média, mas também pela participação de organismos políticos e econômicos internacionais na produção e análise dessas evidências, como a OCDE e a UNESCO. Chauvel e Hartung (2016), em edição do *World Social Science Report*, da UNESCO, dedicada ao combate às desigualdades, reportam a existência de um mal-estar (*malaise*) entre as classes médias ocidentais, relacionado à erosão de alguns de seus pilares, como a segurança, suficiência e previsibilidade de renda, a proteção social generalizada, a crença no progresso e no mérito individual e a relevância política. Os autores chegam a um prognóstico que se torna cada vez mais frequente no campo – ver, por exemplo, Piketty (2014) Milanovic (2016) e Atkinson (2015) –, sobre os perigos da mobilidade social descendente para a estabilidade sistêmica das democracias ocidentais. Milanovic (2016:180), a esse respeito, evoca alguns pensadores clássicos, como Aristóteles e Tocqueville, para os quais a classe média representava uma espécie de salvaguarda democrática, equilibrando os interesses dos extremos da hierarquia social e garantindo uma ordem política minimamente coesa. Seu enfraquecimento teria o potencial, portanto, de acirrar tensões e antagonismos de classe.

A OCDE, que já focalizara o tema da desigualdade econômica crescente entre seus países-membro em estudos anteriores, como *Growing Unequal* (2008), *Divided we Stand* (2011) e *In it Together* (2015) edita, em 2019, *Under pressure: The Squeezed middle-class*, um estudo abrangente e pormenorizado acerca de diversos aspectos do achatamento da classe média, com especial ênfase sobre a polarização no mercado de trabalho, com a expansão da oferta de postos exigentes de altas habilidades e especialização e, na outra ponta, de postos no comércio e serviços, os *low-skill*

jobs. Somado a esse processo, o estudo indica a diminuição das chances de que à posse de altas habilidades corresponda um posto de trabalho de alto salário. Em todos os países-membro da OCDE, observa-se igual tendência de meados da década de 1990 à de 2010: aumenta a proporção de trabalhadores de altas habilidades com renda de classe média e não mais alta.

A preocupação com os desdobramentos políticos do esvaziamento da classe média também comparece ao estudo, no contexto de uma reflexão sobre as razões do enfoque sobre a classe média:

At the macro level, the presence of a strong and prosperous middle class supports healthy economies and societies. Through their consumption, investment in education, health, and housing, their support for good quality public services, their intolerance of corruption, and their trust in others and in democratic institutions they are the very foundations of inclusive growth. However, there are now signs that this bedrock of our democracies and economic growth is not as stable as in the past. (OECD, 2019, p. 13)

O conceito utilizado pela OCDE de classe média é o do grupo de famílias cuja renda se situa entre 75% e 200% da renda mediana nacional. O critério de rendas familiares próximas à renda mediana predominou nos estudos sobre o declínio da classe média, inclusive os citados nesse trabalho. Pressman (2007) já assinalara que “all empirical studies in economics have taken this route and have examined either the percentage of income going to the middle-income quintiles or middle 60 percent of the population (...) or some income space around the median level of income” (PRESSMAN, 2007, p. 183). O próprio Pressman adotara em seu estudo comparativo internacional a definição de classe média ancorada na renda mediana (famílias entre 75% e 125% da renda mediana nacional).

O outro método citado por Pressman, baseado em tabelas populacionais, ganhou impulso nos últimos anos, a partir de sua aplicação por Piketty (2014). Essas tabelas demarcam grupos como os 50% mais pobres (em renda ou riqueza), os 10% mais ricos (às vezes subdivididos em grupos como o dos 9% e dos 1% mais ricos) e os 40% do meio. Enquanto na definição mais comum, a renda mediana constitui o elemento demarcador da classe média, e a variação mensurada é de famílias enquadradas nesse molde, nas tabelas populacionais, o elemento demarcador da classe média tem sido os limites fixos dos 40% das famílias ou indivíduos que se encontram no meio da distribuição de renda, enquanto a variação mensurada é da parcela nacional da renda auferida por esses 40% intermediários. Não obstante, as pesquisas e bases de dados apoiadas no método das tabelas de distribuição (ou tabelas populacionais) vem exibindo resultados semelhantes às baseadas na renda mediana.

Nos EUA, o ápice de participação do grupo populacional intermediário (os 40% do meio) ocorreu em 1983, com a apropriação de 46,3% do total da renda americana. Desde então, a tendência tem sido de queda, chegando a 40,4% em 2014,

conforme dados do *World Inequality Database*². Os dados disponíveis para o Canadá são bastante mais escassos, mas segundo Banting e Myles (2016), a questão passou a ocupar a agenda política canadense nos últimos anos, tendo inclusive gerado um “enquadramento de classe média” nas políticas públicas (Banting, Myles, 2016:522). Dados fornecidos por Lemieux e Riddell (2016) indicam crescimento de 13,5% da renda média canadense entre 1982 e 2010, enquanto o crescimento das classes médias e populares – os 90% inferiores da hierarquia populacional de distribuição – equivaleu a apenas 2%.

A existência de uma classe média diminuta, socialmente e economicamente frágil, não é inédita, como se infere das muitas referências literárias mobilizadas por Piketty (2014) para ilustrar a ordem social da Belle Époque europeia. A novidade que marca a classe média comprimida do século XXI deve ser encontrada, portanto, no fato de que este é, provavelmente, seu primeiro declínio histórico, uma vez que a formação de classes médias expressivas e duradouras configura um fenômeno típico do século XX (PIKETTY, 2014, p. 255-6). Esse fato, embora pareça trivial, porta possíveis desdobramentos significativos de um ponto de vista político, afinal o declínio econômico de uma ampla parcela da população, ainda que em termos relativos, não costuma ocorrer de forma pacífica, e pode estar na raiz de reações contemporâneas de natureza populista e nativista em vários países. (MILANOVIC, 2016; OECD, 2019; KURER, 2020)

No contexto dos países periféricos, e mais especificamente no contexto brasileiro, o debate acadêmico dos últimos anos se apresentou de forma invertida. Enquanto os países ricos passavam por uma década de recrudescimento das desigualdades nacionais, que em muitos casos se manifestou como aumento da concentração no topo da distribuição de renda e compressão da classe média, a questão que orientou relevantes pesquisas no campo no Brasil foi: estaria se consolidando uma nova classe média no país, no mesmo movimento em que as desigualdades econômicas arrefeciam? Trabalhos como os de Souza e Lamounier (2010) e Neri (2008 e 2010) identificaram esse fenômeno, associando-o ao ciclo de crescimento econômico e expansão de políticas redistributivas iniciado em 2002, no primeiro governo Lula. Outros trabalhos questionaram a avaliação de que surgira no país uma nova classe média, especialmente Sobrinho (2011), Scalón e Salata (2012), Pochmann (2012), Kerstenetzky e Uchôa (2013) e Kerstenetzky, Uchôa e Silva (2015), geralmente mobilizando dimensões sociológicas, como estilo de vida e estrutura ocupacional, para demonstrar que a mobilidade ascendente de renda identificada por Neri (2010) não deveria ser confundida com mobilidade ascendente de classe, categoria que tradicionalmente abrange marcadores sociais como “morar “bem”, ter uma educação “distintiva”, consumir serviços “de qualidade”, ter acesso a “capitais”, entre outros” (KERSTENETZKY & UCHÔA: 18)

² Renda individual pré-impostos e transferências, incluída a operação do sistema previdenciário. O mesmo se aplica aos dados de Lemieux e Riddell, neste parágrafo.

Apenas muito recentemente, o problema do declínio relativo da classe média brasileira ganhou destaque, com o estudo de Morgan (2017), que combinou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Imposto de Renda e das Contas Nacionais para estimar a evolução da distribuição de renda no Brasil de 2001 a 2015. A partir desse enfoque metodológico, observou-se no período leve acréscimo da parcela de renda nacional auferida pelos 10% mais ricos (54,3% a 55,6%) e pelos 50% mais pobres (12,6% a 13,9%), enquanto os 40% do meio, que o autor denomina *squeezed Middle* 40%, teria sido o grupo perdedor nesse processo, com redução da participação relativa na renda nacional entre 2001 e 2015 (de 33,1% a 30,6%). Embora Morgan (2017) não tenha igualado explicitamente os 40% do meio à classe média, a opção metodológica por delimitá-lo como bloco intermediário suscita questionamentos quanto à pertinência dessa escolha, sobretudo em relação ao grau de homogeneidade socioeconômica dessa parcela da população. Aprofundar a análise desse bloco intermediário deve, portanto, colaborar para eventuais ajustes na delimitação e, ainda, esclarecer em que medida esse bloco se aproxima ou não de uma classe socialmente homogênea e mesmo de uma classe média.

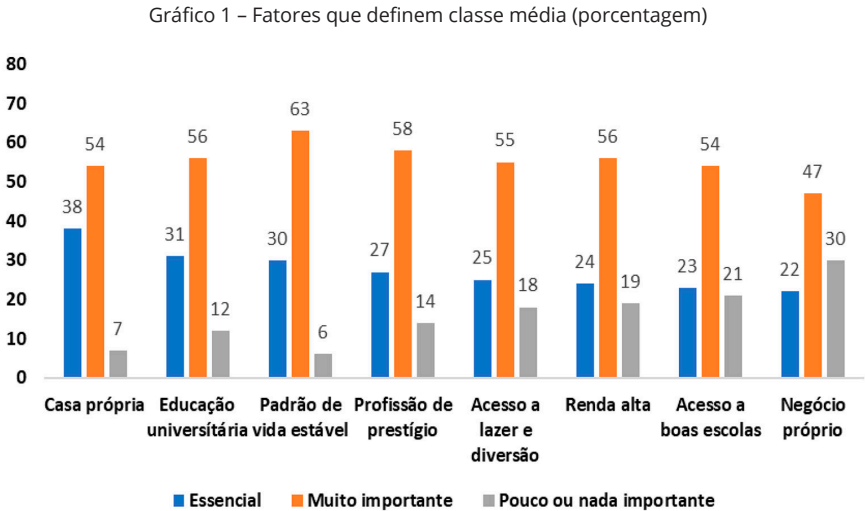
METODOLOGIA

Examinamos o segmento intermediário da distribuição de renda correspondente aos 40% de indivíduos situados entre os 50% mais pobres e os 10% mais ricos, como nas tabelas populacionais de Piketty. O objetivo é procurar responder a seguinte pergunta: no experimento redistributivo ocorrido entre 2001 e 2015 no Brasil, a classe média perdeu em termos relativos em favor dos ganhos dos mais pobres? Para responder essa questão nos colocamos duas perguntas intermediárias: (1) os 40% do meio são um grupo relativamente homogêneo em termos socioeconômicos; (2) os 40% do meio devem ser identificados como indivíduos ou famílias de classe média? Ao investigarmos a composição do grupo intermediário, é possível conhecer sua estratificação interna e identificar: em que medida, no todo ou em parte, esse grupo pode ser considerado de classe média e em que medida esse estrato, no todo ou em parte, perdeu posição relativa no experimento redistributivo recente.

Classe média

A questão de como definir classe média foi objeto de diversos trabalhos conceituais, teóricos e empíricos. Aspectos como rendimentos, posse de ativos físicos e financeiros, ocupação profissional, status, padrões de consumo e influência política são distintamente destacados em farta literatura (NERI, 2011; PIKETTY, 2014, ATKINSON & BRANDOLINI, 2014, WRIGHT MILLS, 1969; BRANDINI, 2008; SOUZA, 2018). Seguindo estratégia de pesquisa previamente utilizada em Kerstenetzky, Uchôa e Silva (2015), neste estudo, adotaremos a metodologia e os indicadores sugeridos em Lamounier e Souza (2010) para a identificação da classe média no Brasil. Esse estudo não propõe definições externas de modo direto, mas opta por investigar por meio de um *survey* representativo da população brasileira a percepção dos

brasileiros sobre quem é e o que é ser de classe média, a partir de perguntas a respeito de quão importante certos fatores são para a caracterização da classe média (essenciais, muito importantes, ou pouco ou nada importantes). Esse método nos pareceu particularmente adequado por fornecer uma perspectiva ancorada em percepções compartilhadas pela população brasileira. Em todo caso, muitos dos indicadores favorecidos pelos brasileiros como marcadores de classe média coincidem com os singularizados em análises sociológicas e econômicas como gostos, padrões de consumo, ocupações de prestígio e credenciais educacionais, além de segurança econômica. As informações tabuladas por Lamounier e Souza (2010) foram extraídas de 2 pesquisas realizadas pelo IBOPE³ e apontam os marcadores e suas incidências médias descritos no Gráfico 1 abaixo. Os percentuais dos marcadores variaram pouco entre os grupos de renda entrevistados (idem).



Fonte: Lamounier e Souza (2010), p.23

Base de dados e variáveis

Para o cômputo dos indicadores sugeridos em Lamounier e Souza (op.cit.), utilizamos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao período entre 2001 e 2015. A escolha dessa rica base de dados limitou nossa análise ao subconjunto de indicadores renda, padrão de vida estável, profissão de prestí-

3 A primeira foi realizada entre 4 e 14 de novembro de 2008, sendo o seu braço qualitativo feito junto a grupos de discussão com homens e mulheres que são das classes A, B, C, D ou E e moram em São Paulo, Porto Alegre e Recife, Lageado ou Timbaúba. O braço quantitativo foi realizado com 2002 eleitores de 141 municípios cuja amostra foi selecionada probabilisticamente e por cotas de gênero, idade, instrução e setor de atividade, tendo margem de erro de dois pontos percentuais. A segunda pesquisa também é de cunho quantitativo e foi feita entre 11 e 15 de março de 2009 sob os mesmos critérios de seleção mencionados (LAMOUNIER & SOUZA, 2010).

gio, educação universitária e negócio próprio. Contudo, e em que pese o debate acerca da subestimação ou não dos rendimentos dos mais ricos da distribuição de renda nessa pesquisa (MEDEIROS et al 2015a; 2015b; MEDEIROS & SOUZA, 2016; MORGAN, 2017; SOUZA, 2018; BARROS et al, 2006), a PNAD é a única base de dados nacionalmente representativa com informações anuais sobre trabalho, renda, condições de moradia e dados individuais como escolaridade, idade e sexo. O período selecionado coincide com o adotado por Morgan (2017)⁴, o que permite algum diálogo com esse estudo, ainda que se levem em conta as diferentes bases de dados utilizadas.

Utilizamos a distribuição pessoal da renda como critério para construir os percentis da distribuição da renda, mais precisamente, o rendimento familiar mensal per capita (exclusive agregados e menores de 10 anos, a não ser quando dito em contrário). Como dito anteriormente, identificamos como integrantes do nosso grupo de interesse os indivíduos que possuíam rendimentos superiores à mediana e inferiores aos 10% mais ricos (>50% e <90%), que denominamos como os 40% do meio. Para analisar a composição interna desse grupo, apresentamos dados sobre renda, ocupação e escolaridade de 8 subgrupos de 5% em seu interior, denominados vigésimos. O primeiro vigésimo é composto pelo intervalo entre o percentil 51% e o percentil 55% e é denominado p51-p55 e assim sucessivamente até o intervalo p86-p90. São investigadas as seguintes variáveis: (1) para renda, a renda média, a parcela da renda total absorvida por cada grupo e a porcentagem da renda oriunda de aluguéis; (2) para emprego, o nível de desocupação e a porcentagem dos ocupados que são formais; (3) para educação, os anos médios de estudo dos ocupados e a porcentagem da população com acesso ao ensino superior; (4) para negócio próprio, a porcentagem dos ocupados que são empregadores. A correspondência entre os indicadores da pesquisa de Lamounier e Souza (op.cit.) e nossas variáveis encontra-se descrita no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 - Indicadores de classe média x variáveis utilizadas neste trabalho

Indicadores de classe média	Variáveis utilizadas
Renda alta	Renda familiar per capita média
Renda alta	Parcela da renda total apropriada
Padrão de vida estável	Porcentagem da renda que é oriunda de aluguéis
Padrão de vida estável	100% menos a porcentagem da população desocupada
Padrão de vida estável	Porcentagem dos ocupados que são formais
Profissão de prestígio	Anos médios de estudo dos ocupados que não estão estudando
Educação superior	Porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta frequentada foi o ensino superior, mestrado ou doutorado.
Negócio próprio	Porcentagem dos ocupados que são empregadores

Fonte: Elaboração própria (2021)

4 Vale mencionar que o ano de 2015, apesar de testemunhar declínio da desigualdade, contrasta com boa parte da análise por registrar forte retração do PIB e aumento da taxa de desocupação – por este motivo, nossa análise se concentra na dinâmica até o ano de 2014.

Para ‘renda alta’, consideramos alta a renda média do vigésimo que está mais próxima da renda média dos 10% mais ricos do que daquela dos 50% mais pobres. Investigamos também a parcela da renda total da qual cada vigésimo se apropria, o que é calculado somando-se toda a renda do grupo e a dividindo pelo rendimento total da população. Nesse caso, ter renda alta significa ter a parcela de renda mais próxima da média dos vigésimos internos aos 10% mais ricos do que da média dos vigésimos dos 50% mais pobres. No entanto, o principal valor interpretativo dessa variável está na verificação de quais grupos aumentaram e quais diminuíram sua participação na parcela de renda auferida, tendo em vista que esse é um “jogo de soma zero”, onde para um ganhar, outro precisa perder.

Ter um ‘padrão de vida estável’ é medido, preliminarmente, por meio da variável porcentagem da renda oriunda do não trabalho⁵. Neste caso, optamos por utilizar exclusivamente a variável rendimento de aluguel, já que, diferentemente de outros rendimentos, o aluguel pode ser facilmente individualizado no universo da renda do não trabalho⁶. A hipótese é que aqueles que dependem menos do trabalho possuem ativos que lhes garantem rendimentos e, então, alguma estabilidade. Essa variável foi calculada dividindo-se a soma da renda de aluguéis pela renda de todas as fontes. Para essa variável, optamos por utilizar a renda individual ao invés da renda familiar, o que também será o caso de outras variáveis, descritas abaixo. As demais variáveis utilizadas para captar padrão de vida estável são o complementar da porcentagem da população ativa que está desocupada e a porcentagem dos ocupados que são formais. Definiu-se como trabalhador formal o empregado com carteira assinada, militar, servidor público ou trabalhador por conta própria que contribui para algum instituto de previdência.

Ter uma ‘profissão de prestígio’ foi captado por meio dos anos médios de estudo dos ocupados que já concluíram seus estudos e possuem ensino superior, mestrado ou doutorado. Aqui seguimos a sugestão de Lamounier e Souza (2010), que argumentam que a educação é o elo entre o rendimento e a ocupação. Só é possível um indivíduo atuar como médico ou engenheiro, por exemplo, se possuir um diploma que lhe permita atuar profissionalmente nestas áreas, que, por sua vez, lhe garantem alta remuneração.

5 Compreende-se como renda do não-trabalho as parcelas oriundas de aluguel, transferências de renda, aposentadorias, pensão alimentícia, abono de permanência, doação, juros de caderneta de poupança, dividendos ou outro qualquer.

6 Os Gráficos 1A e 2A do anexo justificam a escolha dessa variável para representar a renda do não trabalho a fim de explicar os ganhos ou perdas de rendimentos da classe média. O Gráfico 1A destaca a contribuição dos “rendimentos do não trabalho” ao rendimento pessoal de todas as fontes. Observa-se que em 2015, essa parcela é progressiva em relação à situação em 2001. Isso se explica pelo impacto dos programas de transferência de renda, em especial o programa Bolsa Família, implementado a partir de 2004. No entanto, na variável “rendimentos do não trabalho” estão aglutinados os rendimentos originários dos programas sociais, os rendimentos de juros de poupança e outras aplicações financeiras e dividendos, tornando-a pouco adequada para mensurar a estabilidade financeira da classe média, já que parte dessa variável expressa a melhoria de rendimentos dos mais pobres. Por essa razão, optou-se por utilizar apenas a variável “Rendimentos de Aluguel”, que precisa o valor do rendimento proveniente apenas de aluguéis. O Gráfico 2A mostra que essa parcela da renda se mantém regressiva e concentrada na parte superior da distribuição da renda.

Ter ‘educação superior’ foi medido por meio da porcentagem da população que não é estudante, independentemente da idade, e cuja série mais alta frequentada tenha sido o ensino superior, mestrado ou doutorado. A escolha por selecionar apenas os não estudantes, ao invés de fazer uma seleção por idade, deve-se a, como há a possibilidade de existir uma “classe média ascendente”, poder haver indivíduos obtendo o diploma superior em idades mais avançadas.

Por fim, possuir ‘negócio próprio’ foi calculado por meio da porcentagem dos ocupados que são empregadores. Neste caso, a proporção de empregadores entre os 10% mais ricos é maior em comparação os 40% do meio e demais percentis de menores rendimentos.

Para todas as variáveis, apresentamos os valores observados nos oito vigésimos internos aos 40% do meio, nos 10% mais ricos, nos 50% mais pobres e nos 40% do meio como um todo, para fins de comparação. Também calculamos a taxa de crescimento dos valores observados dessas variáveis entre 2001 e 2015 para todos os grupos, de modo a evidenciar ganhos e perdas relativos, e a diferença do valor observado da variável entre os vigésimos mais alto e mais baixo (o p86-p90 e o p51-p55) para verificar como se comportou a distância entre os dois extremos dos 40% do meio (ou seja, se houve convergência ou não no interior do grupo do meio). Três dos marcadores presentes no gráfico 7 (possuir casa própria⁷, acesso a lazer e diversão⁸ e acesso a boas escolas⁹) não serão explorados neste trabalho.

RESULTADOS

Como já mencionado, procuramos responder à questão se a classe média perdeu em termos relativos para os mais pobres durante o experimento redistributivo brasileiro por meio de uma investigação detalhada, nas PNADs do período, dos indicadores referentes ao grupo dos 40% do meio da distribuição de renda, onde, em princípio, se abrigaria a classe média. Nossas perguntas foram as seguintes. O estrato dos 40% do meio pode ser considerado um grupo relativamente homogêneo em termos de nossos indicadores e variáveis, sintetizados em renda, ocupação e escolaridade? Os vigésimos dentro desse grupo possuem características de classe média? Quais foram os vigésimos que perderam ou se aproveitaram da prosperidade que ocorreu entre 2001 e 2015? Apresentamos os resultados separadamente em dois subgrupos: os relacionados à renda e os relacionados às condições de emprego e acesso ao ensino superior.

7 Essa informação está disponível apenas no arquivo domiciliar da PNAD, que optamos por não utilizar, pois todas as análises desta pesquisa foram feitas a partir do arquivo de pessoas da PNAD. Realizar a análise dos vigésimos de rendimentos dos domicílios com casa própria demandaria o ordenamento da renda domiciliar, para então se obter a proporção de domicílios com casa própria por frações do rendimento domiciliar per capita.

8 Essa informação não está disponível na PNAD, independentemente se de pessoas ou domiciliar.

9 A partir da PNAD, é possível diferenciar estudantes de escola particular ou pública e considerar que o ensino privado é sempre melhor que o público. Essa decisão é controversa; optamos por não a adotá-la neste trabalho.

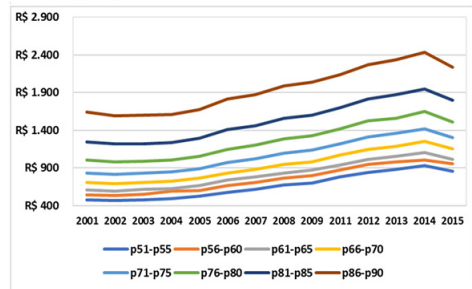
Resultados relacionados à renda

Renda média

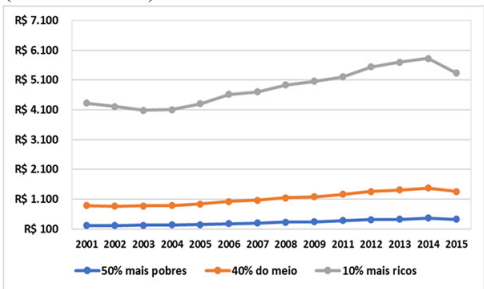
O período de 2001 até 2015 foi de crescimento da renda média para todos os grupos e subgrupos de renda, sendo esse movimento mais intenso para os grupos e subgrupos mais pobres, conforme mostram os gráficos 2(a) a 2(c). De modo geral, os gráficos de 2(a) a 2(c) mostram que os 40% do meio são heterogêneos em termos de renda média (e se tornaram mais heterogêneos se considerarmos as distâncias absolutas entre as rendas médias dos vigésimos, gráfico 2(a) e 2(d)) e que nenhum dos seus vigésimos possui a característica de classe média de renda alta, já que sua renda média se aproxima mais dos 50% mais pobres do que dos 10% mais ricos¹⁰.

Gráficos 2(a) – 2(d): Rendimento médio por vigésimos da renda de todas as fontes, Brasil, 2001-2015.

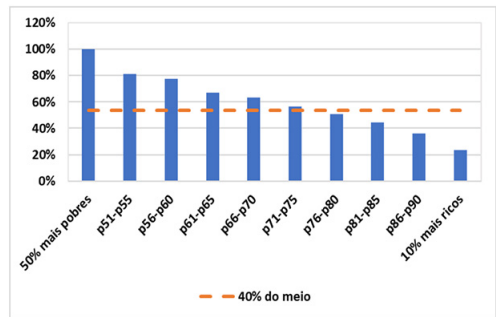
a) Renda média por vigésimo – 2001-2015 (em R\$ de 2020)



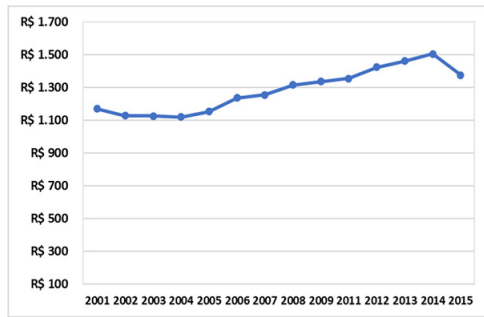
b) Renda média por classe de renda – 2001-2015 (em R\$ de 2020)



c) Taxa de crescimento da renda média entre 2001 e 2015



d) Diferença da renda média entre o p51-p55 e o p86-p90



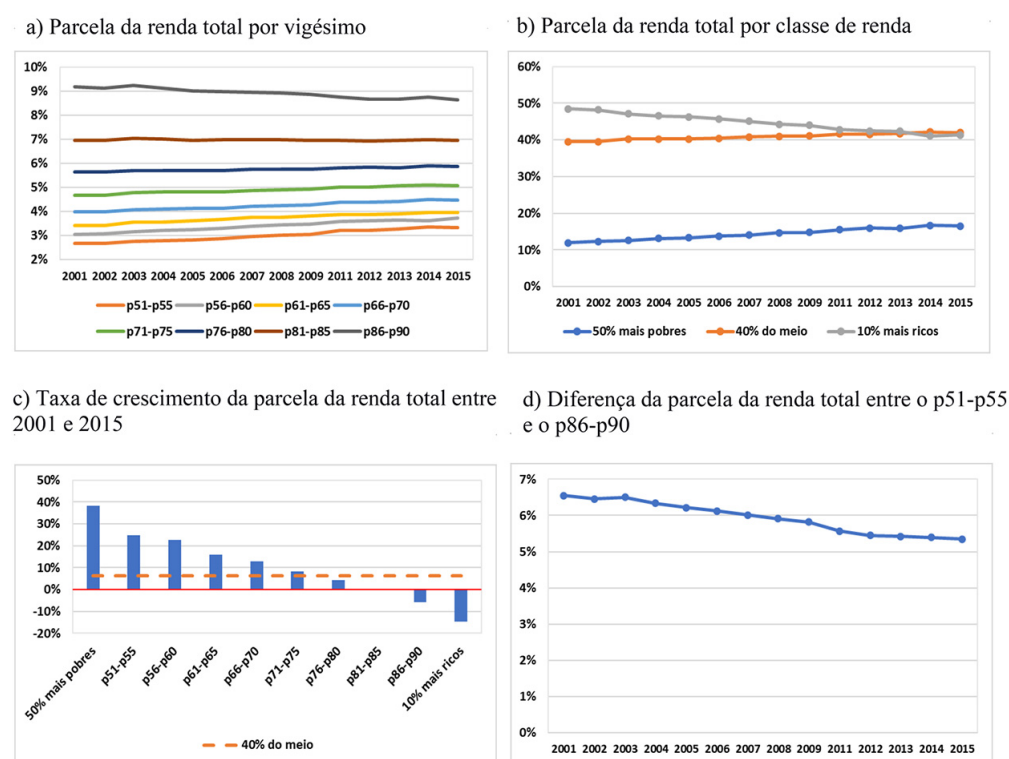
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD anual de 2001-2015.

¹⁰ Esse resultado foi alcançado subtraindo os valores observados para os 40% do meio dos observados para os 10% mais ricos e os 50% mais pobres. A conta que possui o menor módulo resultante é a da qual os 40% do meio mais se aproximam. A diferença média entre 2001 e 2015 foi de R\$ 803,50 para os 50% mais pobres e R\$ 3732,12 para os 10% mais ricos

Parcela de renda (% da renda apropriada por grupo ou subgrupo)

Os achados, conforme evidenciado no conjunto de gráficos 3, indicam que o crescimento da apropriação das parcelas de renda foi positivo para os 50% mais pobres e boa parte do grupo do meio (até o p76-p80), sendo maior quanto mais pobre o grupo (gráfico 3(a) e 3(c)). As parcelas tiveram crescimento neutro no p81-p85 e negativo no p86-p90 e nos 10% mais ricos (gráfico 3(b)). Além disso, a distância absoluta entre as parcelas do p51-p55 e do p86-p90 diminuiu (gráfico 3(d)), o que sinaliza convergência entre os extremos dos 40% do meio, em termos de parcela.

Gráficos 3(a) – 3(d): Parcelas dos rendimentos totais por vigésimos da renda de todas as fontes, Brasil, 2001-2015.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD anual de 2001-2015.

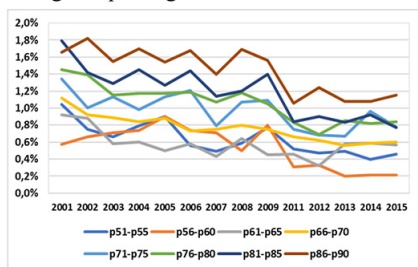
Renda proveniente do não trabalho (rendimento de aluguéis)

Em geral, houve uma perda generalizada de importância dessa fonte de renda em todos os grupos analisados (gráficos 4(a) a 4(c)), sugerindo que outras fontes de renda se tornaram mais importantes. O grupo dos 40% do meio se aproxima mais dos mais pobres do que dos mais ricos (gráfico 4(b)). Dentro dos 40% do meio, apenas no p86-p90, a renda proveniente de aluguéis supera 1%, o aproximando do estrato mais rico, contudo, o valor é ainda bem inferior ao seu peso entre os

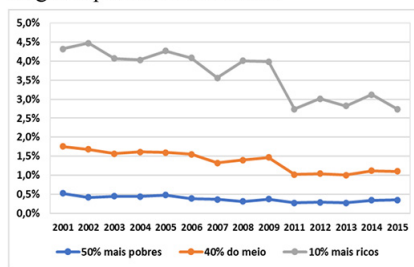
10% mais ricos (gráficos (a) e (b)). As taxas de crescimento e a diferença entre os extremos dos 40% do meio oscilaram bastante, sem apresentar uma clara tendência de queda ou aumento (gráficos (c) e (d)).

Gráficos 4(a) – 4(d): Renda oriunda de alugueis: porcentagem por vigésimo e classe de renda, taxa de crescimento e diferença da porcentagem da renda, Brasil, 2001-2015.

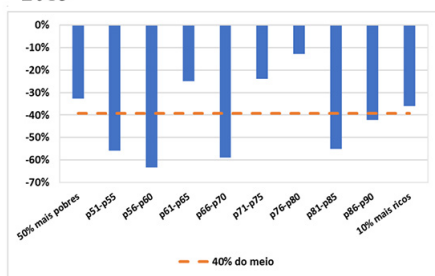
a) Porcentagem da renda oriunda de alugueis por vigésimo



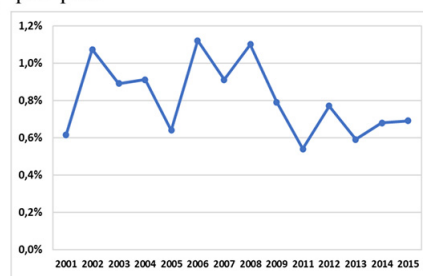
b) Porcentagem da renda oriunda de alugueis por classe de renda



c) Taxa de crescimento da porcentagem de renda oriunda de alugueis entre 2001 e 2015



d) Diferença da porcentagem da renda oriunda de alugueis entre o 086-p90 e o p55-p60.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD anual de 2001-2015.

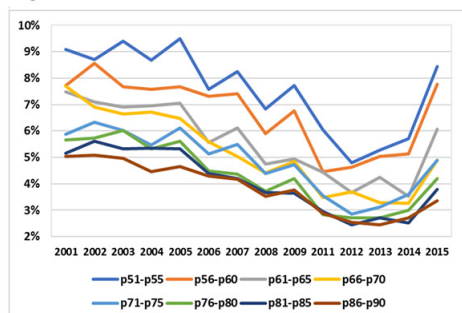
Resultados relacionados às condições de emprego e acesso ao ensino superior

Taxa de desocupação

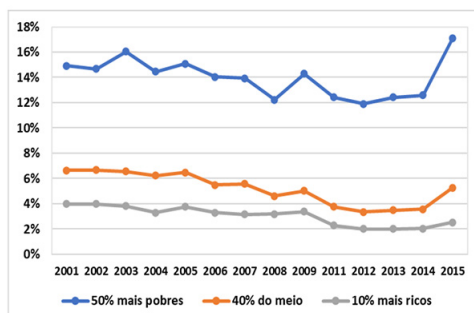
O conjunto dos gráficos 5 indica que os grupos mais ricos se beneficiaram mais da queda de desocupação entre 2001 e 2013 e, a partir de 2014, sofreram menos com o aumento geral de desocupação observado. Além disso, é possível dizer que os 40% como um todo, em especial o p76-p90, estando mais próximos do observado entre os 10% mais ricos, possuem como característica a baixa desocupação e, por essa ótica, um padrão de vida estável.

Gráficos 5(a) - 5(d): Análises da população desocupada por vigésimos e classes de renda, Brasil, 2001-2015.

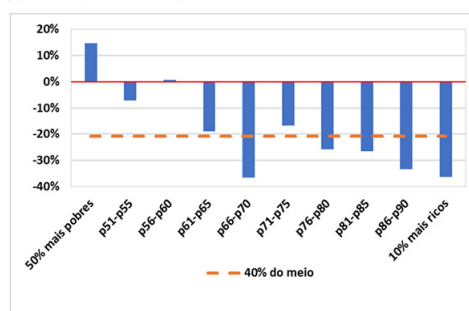
a) Porcentagem da população desocupada por vigésimo



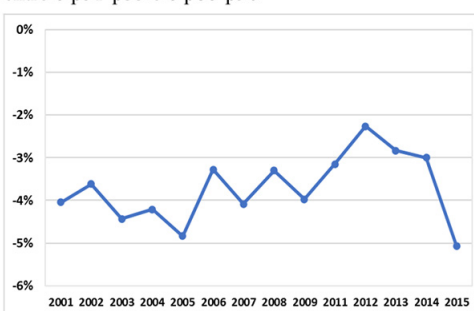
b) Porcentagem da população desocupada por classe de renda



c) Taxa de crescimento da porcentagem da população desocupada entre 2001 e 2015



d) Diferença da porcentagem da população desocupada entre o p51-p55 e o p86-p90



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD anual de 2001-2015.

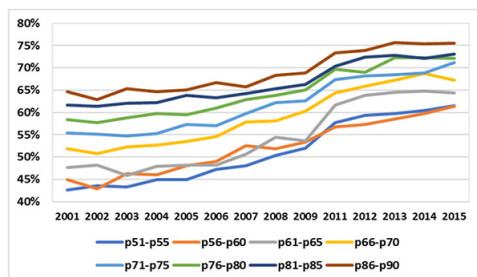
Porcentagem de ocupados formais

De modo geral, o conjunto dos gráficos 6 indica que houve um crescimento acentuado da formalização do trabalho entre 2001 e 2014, sendo em geral proporcionalmente maior quanto mais pobre o grupo analisado (gráficos 6(a) a 6(c)). Dentro dos 40% do meio, esse crescimento se fez acompanhar por importante redução da diferença entre o p51-p55 e o p86-p90 (gráfico 6(d)). Enquanto os vigésimos mais ricos dentro dos 40% do meio se aproximam do nível de formalidade dos 10% mais ricos, mesmo os vigésimos mais pobres se situam mais próximos do mais ricos do que dos mais pobres (gráficos 6(a) e 6(b))¹¹. No entanto, como a parcela de renda, de acordo com gráfico 3(b), detida pelos 10% mais ricos é muito maior do que a acumulada pelos 40% do meio, as ocupações formais dos indivíduos mais ricos remuneraram bem mais do que as ocupações formais exercidas pelo grupo intermediário.

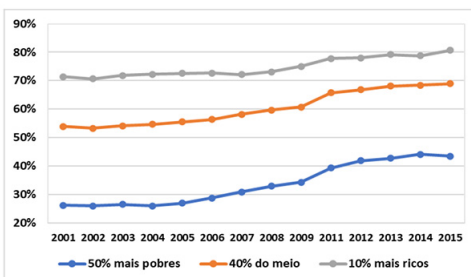
¹¹ Diferença média do grupo intermediário, entre 2001 e 2015, de 26,75% para os 50% mais pobres e 14,40% para os 10% mais ricos.

Gráficos 6(a)-6(d) – Análise da proporção de ocupados formais por vigésimo da renda total de todas as fontes, Brasil, 2001-2015.

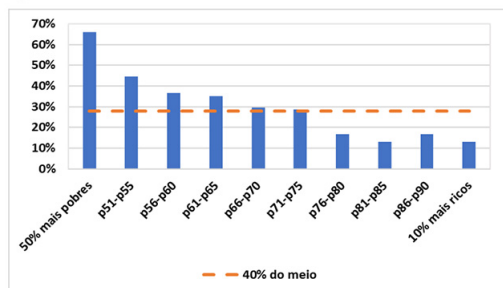
a) Porcentagem dos ocupados que são formais por vigésimo



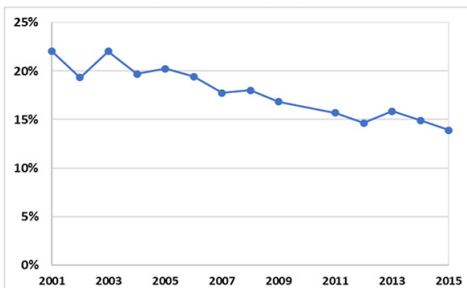
b) Porcentagem dos ocupados que são formais por classe de renda



c) Taxa de crescimento da porcentagem dos ocupados que são formais entre 2001 e 2015



d) Diferença da porcentagem dos ocupados que são formais entre o p51-p55 e o p86-p90



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD anual de 2001-2015.

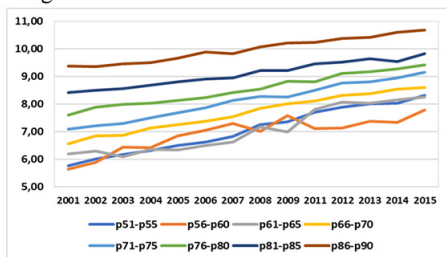
Anos médios de estudo

O conjunto de gráficos 7 mostra crescimento dos anos médios de estudo dos ocupados, sendo proporcionalmente maior quanto mais pobre o grupo e subgrupo analisado (gráfico 7(a) a 7(c)). Apesar da heterogeneidade interna ao grupo intermediário (gráfico 7(a)) se reduzir ao longo do tempo, inclusive com a redução do *gap* absoluto entre os extremos dos 40% do meio (gráfico 7(d)), nenhum vigésimo supera o nível médio de anos equivalentes ao segundo grau completo, que seria neste estudo a marca de profissão de prestígio. Apenas os dois vigésimos superiores se encontram mais próximos dos anos médios dos mais ricos do que dos mais pobres, sem, no entanto, superar aquela marca¹².

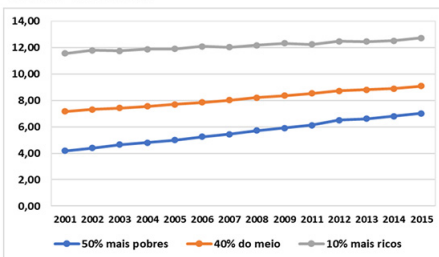
12 Diferença média entre 2001 e 2015 de 3,93 para os 50% mais pobres e 2,61 para os 10% mais ricos.

Gráficos 7(a)-7(d): Anos de estudo dos ocupados: média por vigésimo e classe de renda, taxa de crescimento e diferença dos anos de estudo, por vigésimo da renda total de todas as fontes, Brasil, 2001-2015.

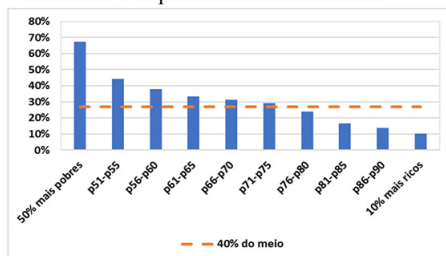
a) Anos de estudo médio dos ocupados por vigésimo



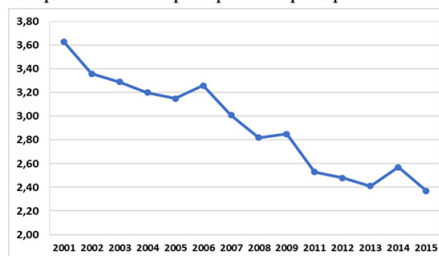
b) Anos de estudo médio dos ocupados por classe de renda



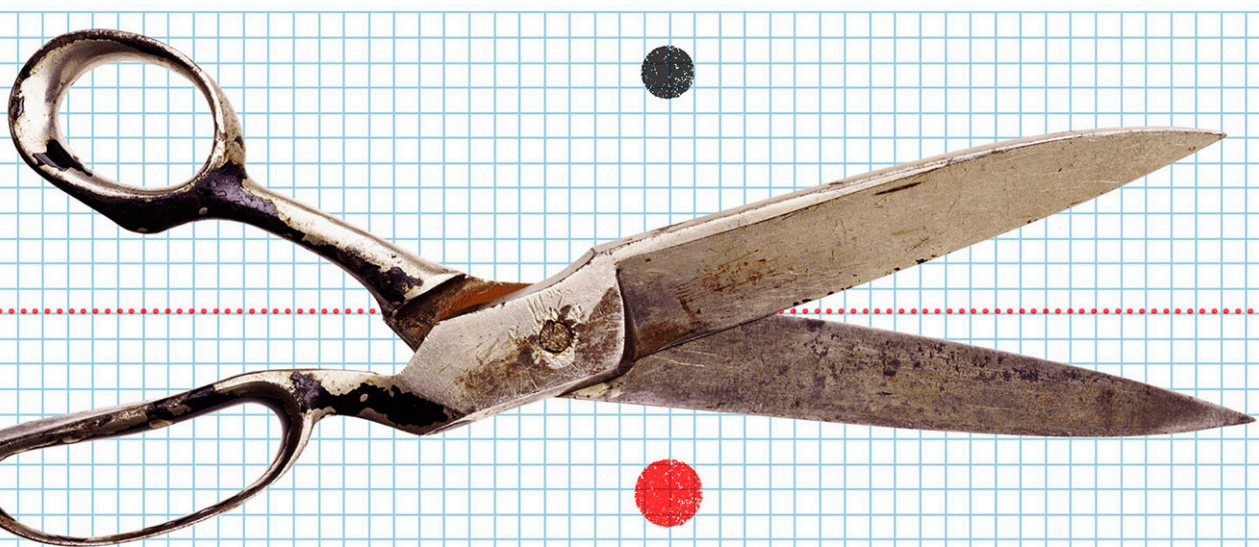
c) Taxa de crescimento dos anos de estudo médio dos ocupados entre 2001 e 2015



d) Diferença dos anos de estudo médio dos ocupados entre o p51-p55 e o p86-p90



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD anual de 2001-2015.

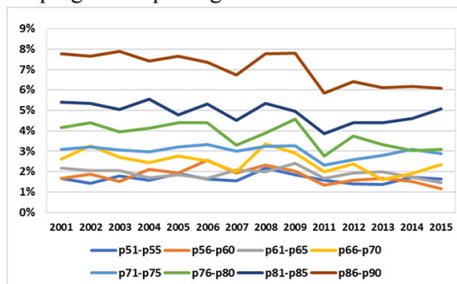


Negócio próprio

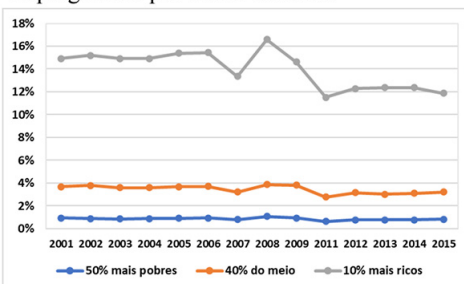
A análise do conjunto de gráficos mostra que possuir um negócio próprio não é característica marcante de nenhum dos vigésimos dos 40% do meio, que estão mais próximos dos 50% mais pobres do que dos 10% mais ricos nesse quesito – com um ligeiro destaque para os dois vigésimos mais ricos, que se aproximam mais dos mais ricos do que dos mais pobres. De modo geral, houve queda da porcentagem dos ocupados que são empregadores em todos os grupos analisados, sem uma clara diferenciação por renda.

Gráficos 8(a)-8(d): Ocupados que são empregadores: média por vigésimo e classe de renda, taxa de crescimento e diferença dos anos de estudo, por vigésimo da renda total de todas as fontes, Brasil, 2001-2015.

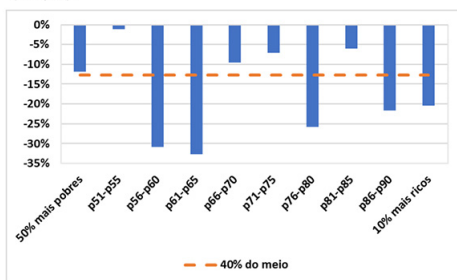
a) Porcentagem dos ocupados que são empregadores por vigésimo



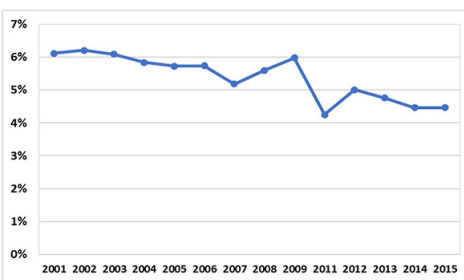
b) Porcentagem dos ocupados que são empregadores por classe de renda



c) Taxa de crescimento da porcentagem dos ocupados que são empregadores entre 2001 e 2015



d) Diferença da porcentagem dos ocupados que são empregadores entre o p51-p55 e o p86-p90



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD anual de 2001-2015.

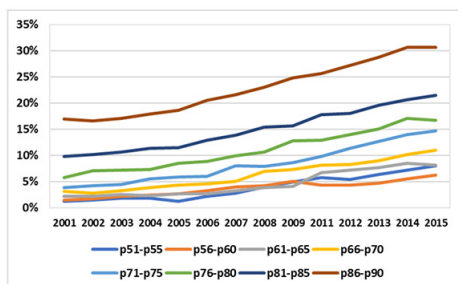
Porcentagem de indivíduos que concluíram ensino superior

O conjunto de gráficos 9 mostra que houve um aumento do acesso ao ensino superior para todos os grupos analisados, sendo maior proporcionalmente quanto mais pobre o grupo. Ainda assim, houve aumento da distância absoluta entre os extremos dos 40% do meio e de modo geral aumento da heterogeneidade interna ao grupo. E apesar desse aumento relativo em todos os grupos, é possível afirmar que possuir ensino superior não é uma característica de nenhum vigésimo dos

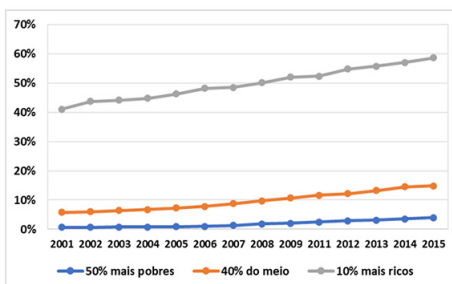
40% do meio, e que tanto o grupo como um todo, como os vigésimos mais ricos têm valores de conclusão de ensino superior mais próximos dos valores dos 50% mais pobres do que dos 10% mais ricos.

Gráficos 9(a)-9(d): Proporção de indivíduos com ensino superior, mestrado e doutorado completo: média por vintil e classe de renda, taxa de crescimento e diferença dos anos de estudo, por vigésimo da renda total de todas as fontes, Brasil, 2001-2015.

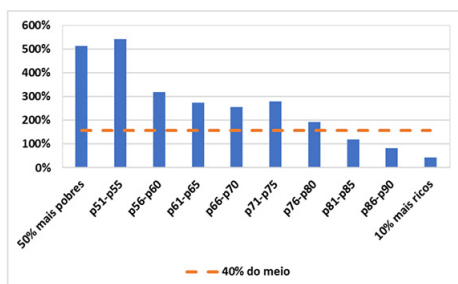
a) Porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado por vigésimo



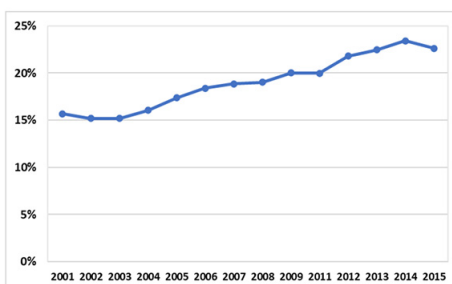
b) Porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado por classe de renda



c) Taxa de crescimento da porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado entre 2001 e 2015



d) Diferença da porcentagem dos não estudantes cuja série mais alta que frequentaram foi o ensino superior, mestrado ou doutorado entre o p51-p55 e o p86-p90



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD anual de 2001-2015.

Síntese

O gráfico 10 sistematiza os resultados gerais da pesquisa. Ao analisar a variável renda, em termos absolutos, observamos que todos os grupos obtiveram ganhos. Contudo, os mais pobres foram os mais exitosos em termos relativos; o mesmo pode ser observado na cauda inferior da distribuição da renda dos vigésimos pertencentes aos 40% do meio. Não há dúvida de que os ganhos relativos de renda foram maiores entre as parcelas mais empobrecidas da população. Por sua vez, os 40% do meio, o grupo candidato à classificação de ‘classe média’, também obteve ganhos relativos, menores que os obtidos pelos 50% mais pobres, porém, maiores



na comparação com os 10% mais ricos. Esses ganhos foram tanto maiores quanto mais empobrecido o subgrupo dessa classe intermediária, ou seja, aqueles com menores rendimentos obtiveram ganhos maiores em relação aos indivíduos de subgrupos com maiores rendimentos. Quanto às variáveis de emprego, especificamente a proporção de ocupados formais, e de educação, observa-se que, como esperado dadas as maiores defasagens, os maiores ganhadores do período foram os mais pobres, seguido pelos vigésimos inferiores dos 40% do meio. Mas, nosso interesse em trazer essas outras variáveis se deve a poder melhor identificar as digitais de classe de grupos ganhadores e perdedores. De um modo geral, apenas os vigésimos superiores dentro dos 40% do meio se aproximaram das características de classe média utilizadas neste trabalho. Conquanto não seja possível afirmar que os 40% do meio foram os perdedores em termos relativos do experimento redistributivo da primeira década e meia do corrente século, é possível afirmar que apenas o último vigésimo, que limitadamente guarda características de classe média (ver Quadro 2, abaixo), foi perdedor relativo – em um experimento em que nenhum grupo de renda perdeu em termos absolutos.

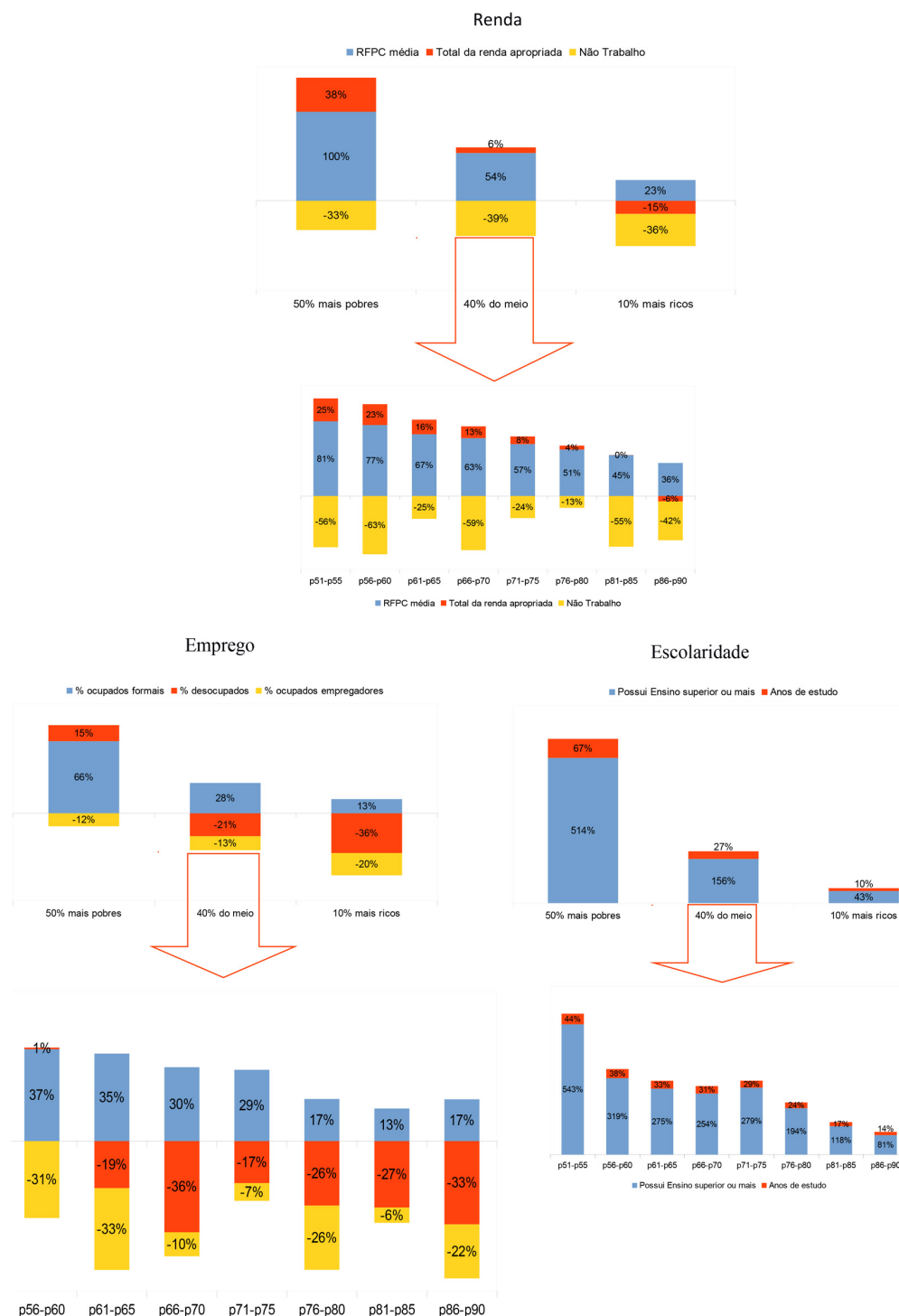
Quadro 2: Características de classe média nos 40% do meio e em seus vigésimos superiores*

	Rendimentos			Trabalho			Escolaridade	
	Cai a parcela de renda	Renda Alta	Renda Aluguel	Desocupação baixa	Formal	Negócio próprio	Educação superior	Anos médios
p51-75				x	x			
p76-80				x	x			
p81-85				x	x	x		(x)
p86-90	x			x	x	x		(x)
40% do meio				x	x			

*As células marcadas com um 'x' refletem o fato de que o indicador está mais próximo dos valores encontrados entre os 10% mais ricos do que entre os 50% mais pobres. No caso dos anos médios, essa menor distância não foi suficiente para que se alcançassem 12 anos de escolaridade, isto é, educação superior incompleta. A ausência de marcação significa maior proximidade com os valores observados no grupo dos 50% mais pobres.

Fonte: Elaboração própria com base em dados das PNADs.

Gráfico 10 – Variação de renda, emprego e escolaridade, por grupos de renda: Brasil, 2001-2015.

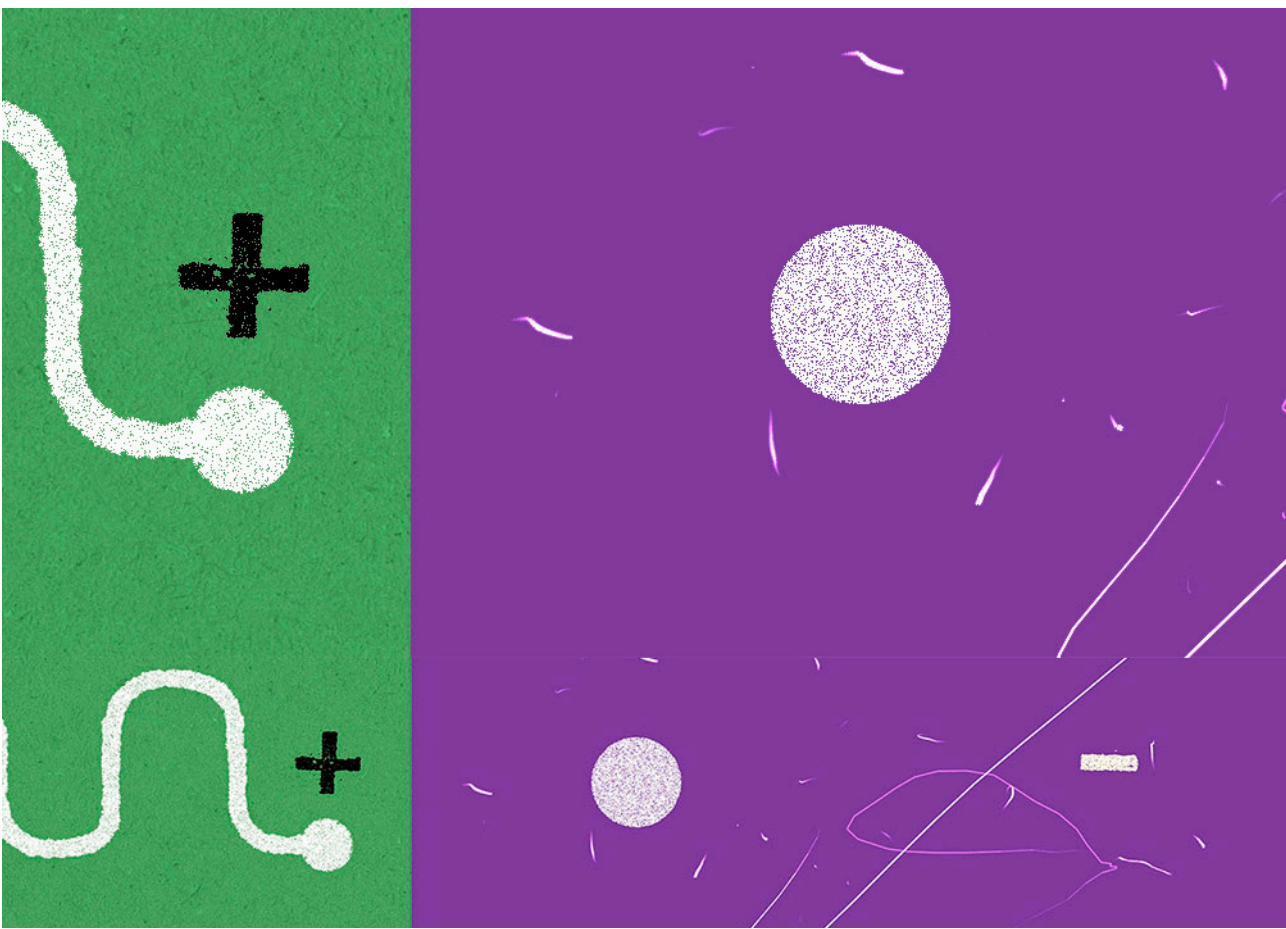


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados das PNAD's anuais, 2001 e 2015

COMENTÁRIOS FINAIS

Com base na análise das PNADs (2001-2015), foi possível constatar o crescimento da renda média e das parcelas de renda, além de outras variáveis de ocupação e educação, dos 50% mais pobres e de boa parte dos grupos no interior do estrato intermediário da distribuição de renda, os '40% do meio'. O progresso nessas variáveis se revelou mais intenso quanto mais pobre o estrato ou subgrupo considerado.

O grupo intermediário se revelou significativamente heterogêneo, a ponto de justificar uma análise distributiva interna a ele. De modo geral, com exceção dos dois vigésimos superiores, os demais subgrupos exibiram valores das variáveis mais próximos aos detidos pelos 50% mais pobres do que aos detidos pelos 10% mais ricos. Os 6 vigésimos inferiores se distanciaram dos mais pobres apenas em variáveis de emprego, como desocupação e formalização, se aproximando nestes casos das realizações mais elevadas dos 10% mais ricos. Simetricamente, em variáveis que indicavam a posse de algum tipo de capital (negócio próprio), os 2 vigésimos superiores foram os únicos a exibir menor distância em relação aos mais ricos do que em relação aos mais pobres. Mas, profissões de prestígio, renda alta e educação universitária passaram ao largo das realizações dos estratos mais altos do grupo intermediário.



Concluimos que não foi possível corroborar a hipótese da ‘classe média perdedora’ exclusivamente com base na análise dos 40% do meio da distribuição. Esse grupo, que com exceção do vigésimo superior, ganhou posição relativa, não passou pelo crivo adotado por este trabalho para a identificação da classe média e, portanto, não deve ser considerado a classe média. O vigésimo superior, o que mais se aproximou de características de classe média, foi de fato o perdedor relativo no experimento redistributivo da primeira década e meia do século 21 no Brasil. Contudo, dada a fragilidade das características de classe média desse grupo (captadas por meio de renda não alta, baixa incidência de profissões de prestígio e escolaridade insuficiente), a interpretação de ‘classe média perdedora’ exclusivamente com base nesse subgrupo parece exagerada. Em todo caso, seria inadequado comparar essa perda relativa com a que acomete os estratos médios nos países desenvolvidos, que têm visto suas rendas médias reais declinarem, o que não aconteceu no Brasil durante o período estudado.

Nossos resultados sugerem a necessidade de pesquisas adicionais, que incorporem grupos de renda mais alta na identificação da classe média. Há uma prevalência de avaliações a considerar que as PNADs subestimam as rendas mais altas; é possível que mesmo as rendas mais elevadas por elas captadas sejam as rendas da classe média ‘sociológica’ (compatível com os marcadores que a população considera serem de classe média no país). Nesse caso, um desdobramento natural seria estender a investigação para incluir o estrato dos 10% mais ricos das PNADs ou pelo menos uma parte dele. Contudo, persistirá a dificuldade de encontrar o limite de renda que separe a classe média sociológica e os ricos no Brasil, uma linha de riqueza. Temas fascinantes para pesquisas futuras.

Referências

- ARRETCHE, M. (ed.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Unesp, 2016.
- ATKINSON, A. B. & BRANDOLINI, A. On the Identification of Middle Class. In: GORNIK, J.C.; JANTTI, M. (org.). *Income Inequality: Economic Disparities and the Middle Class in Affluent Countries*. Stanford: Stanford University Press, 2014, pp. 77-100.
- ATKINSON, A. *Inequality: what can be done?*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2015.
- BANTING, K. & MYLES, J. *Framing the New Inequality: The Politics of Income Redistribution in Canada*. In D. Green; C. Riddell & F. St-Hilaire, eds. *Income Inequality: the Canadian Story*. Montreal: Institute for Research on Public Policy, 2016, pp. 509 - 540.
- BARROS, R.P de; FOGUEL, M.N. & ULYSSEA, G. (orgs.). *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente*. Brasília: Ipea, 2006.
- BARROS, R.P de; CURY, S. & ULYSSEA, G. A Desigualdade de Renda no Brasil Encontra-se Subestimada? Uma Análise Comparativa Usando PNAD, POF e Contas Nacionais. In: BARROS, R.P de; FOGUEL, M.N. & ULYSSEA, G. (org.). *Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente*. Brasília: Ipea, 2006, pp. 237 - 273.

- BRANDINI, V. "Por uma etnografia das práticas de consumo." *Comunicação Mídia e Consumo* v. 3, n.9, 2008, pp. 153–69.
- CHAUVEL, L. & HARTUNG, A. Malaise in the Western Middle Classes In: UNESCO . *World Social Science Report, Challenging Inequalities - Pathways to a Just World* , LIS Working Paper Series, n. 683, 2016.
- FERREIRA, F. H. G. et. al. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. *Econômica*, v. 8, n. 1, 2006, pp. 147-169.
- GARRETT, G. Globalization's Missing Middle. *Foreign Affairs*, n. 83, 2004, pp. 84-96.
- GILLMAN, K. & DUNKERLEY, J. Is the middle class shrinking? *Futures*, v. 20, n. 2, 1998, pp. 137-146.
- HOFFMANN, R. Changes in income distribution in Brazil. In: AMANN, E.; AZZONI, C. & BAER, W.. (Org.). *The Oxford Handbook of the Brazilian Economy*. 1ed. New York: Oxford University Press, 2018, v. 1, p. 467-488.
- HUBER, E. & STEPHENS, J. *Democracy and the Left: Social Policy and Inequality in Latin America*. Chicago/ London: The University Of Chicago Press, 2012.
- JENKINS, S. Did the middle class shrink during the 1980s? UK evidence from kernel density estimates. *Economics Letters*, v.49, n.4, 1995, pp. 407-413.
- JOINT ECONOMIC COMMITTEE REPUBLICAN. *Income Growth During the 1980s*. U.S Congress: Washington, D.C.: U.S Congress, 1996.
- KERSTENETZKY, C. L. & UCHÔA, C. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. In: BARTELT, Dawid D. (org.). *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.
- KERSTENETZKY, C. L.; UCHOA, C. & SILVA, N. V.. The elusive new middle class in Brazil. *Brazilian Political Science Review*, v. 9, 2015, pp. 21-41.
- KOEPP, S. "Is the Middle Class Shrinking?" *Time Magazine*, vol. 128 No. 18, Nov. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/3wof8of>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- KRUGMAN, P. *The Conscience of a Liberal*. New York: W. W. Norton & Company, 2014.
- KURER, T. The Declining Middle: Occupational Change, Social Status, and the Populist Right. *Comparative Political Studies*, v. 53, n. 10-11, 2020, pp. 1798-1835.
- KUTTNER, R. The Declining Middle. *The Atlantic Monthly*, July 1983, pp. 60-72.
- LEMIEUX, T. & RIDDELL, C. Who Are Canada's Top 1 Percent?, In D. GREEN; C. RIDDELL & F. ST-HILAIRE (Eds.). *Income Inequality: the Canadian Story*. Montreal: Institute for Research on Public Policy, 2016, pp. 103 - 155.
- LÓPEZ-CALVA, L. & LUSTIG, N. *Declining Inequality in Latin America: a Decade of Progress?* The Brookings Institution Press and The United Nations Development Programme, 2010.
- MEDEIROS, M. & SOUZA, P. H. G. F. A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: Resultados adicionais. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, 2016, pp. 7-31.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, PEDRO H. G. F. & CASTRO, F. A. . O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). *Dados*. Rio de Janeiro, v. 58, n.1, 2015a, pp. 7-36.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. & CASTRO, F. A.. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 20, n.4, 2015b, pp. 971-986.
- MILANOVIC, B. *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

MILLS, C. W. *A Nova Classe Média* (White Collar). Rio De Janeiro/RJ. Ed. Zahar, 1969.

MORGAN, M. Falling Inequality beneath Extreme and Persistent Concentration: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015. *WID.world Working Paper Series*, n. 2017/12, 2017, pp. 1-45.

NERI, M. (2008), *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em <https://bit.ly/3pFmeK7>. Acesso em: 15 fev. 2021.

OECD. *Under Pressure: The Squeezed Middle Class*. Paris: OECD Publishing, 2019.

PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, M. *Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRESSMAN, S. The Decline of the Middle Class: An International Perspective. *Journal of Economic Issues*. v. 41, n. 1, 2007, pp. 181-200.

REICH, R. *The Revolt of the Anxious Class*. Washington DC: Democratic Leadership Council, 1994.

SCALON, M. C. & SALATA, A. Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, 2012, pp. 387-407.

SCOTT, J. In 90's Economy, Middle Class Stayed Put, Analysis Suggests, *The New York Times*, 31 de agosto de 2001. Disponível em: <https://nyti.ms/3QH7YfD>. Acessado em: 10 abr. 2022.

SOBRINHO, G. G. de F. X. “Classe C’ e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média? *Índice Econômico*”. *FEE*, v. 38, n. 4, 2011, pp. 57-80.

SOUZA, A. & LAMOUNIER, B. *A Classe Média Brasileira. Ambições, Valores e Projetos de Sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

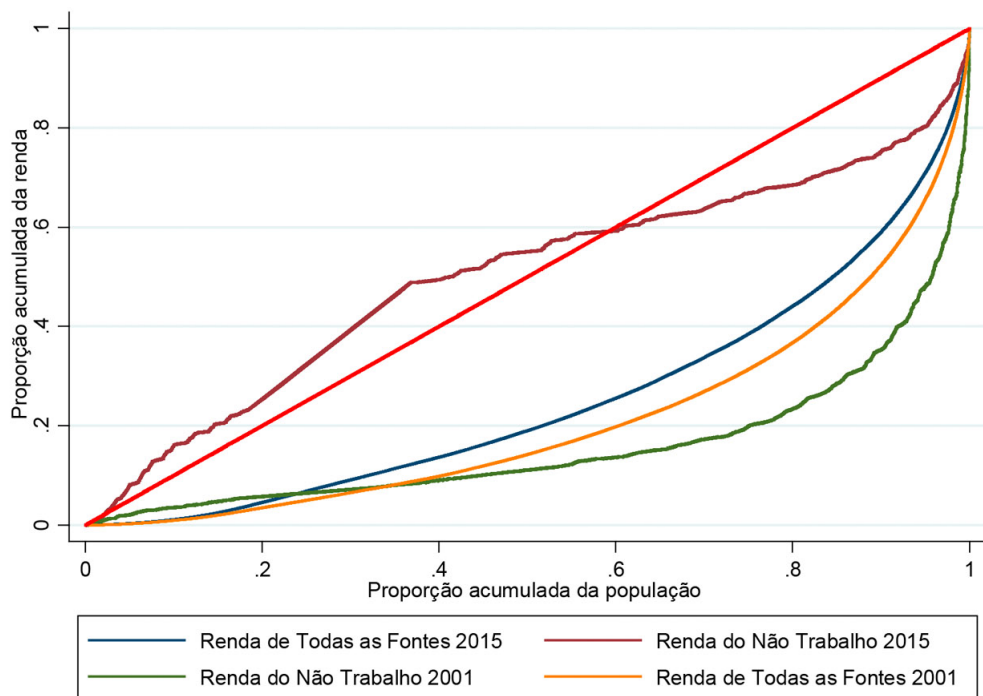
SOUZA, P. H. G. F. *Uma História da Desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)*. São Paulo: Hucitec, 2018.

THUROW, L. The Disappearance Of The Middle Class, *New York Times, Business Forum*, 06 de fevereiro de 1984. Disponível em: <https://nyti.ms/3KhPzDE>. Acesso em: 03 abr. 2022.



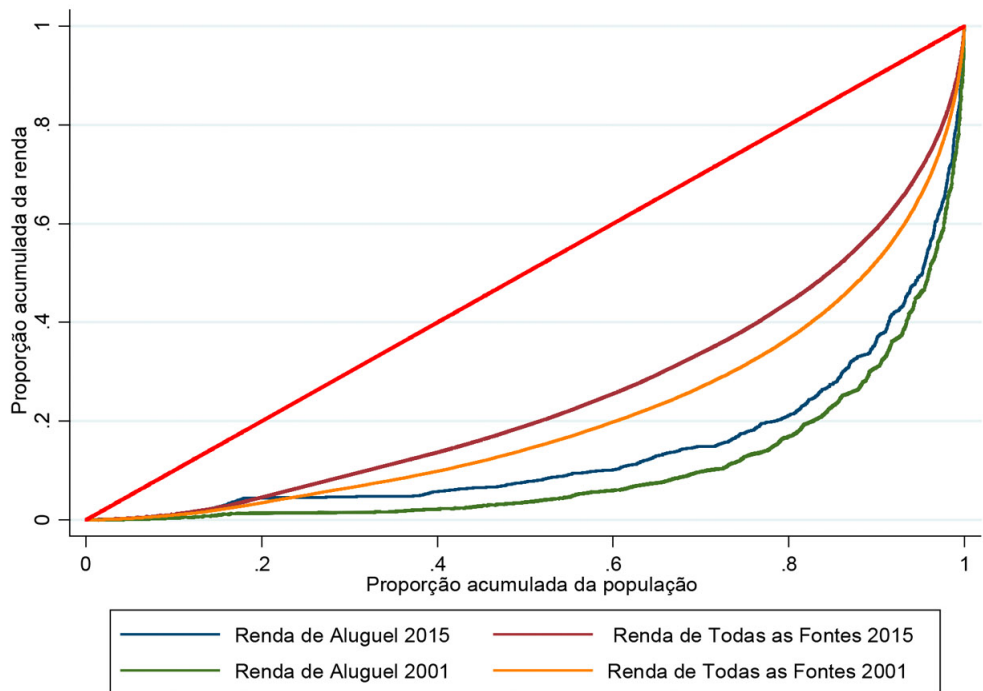
ANEXO I

Gráfico 1 – Curvas de Lorenz da Renda pessoal de todas as fontes e curvas de concentração dos rendimentos do não trabalho (Aluguéis+Juros e demais transferências), Brasil, 2001 e 2015



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados das PNAD's anuais, 2001 e 2015

Gráfico 2 – Curvas de Lorenz da Renda pessoal de todas as fontes e curvas de concentração dos rendimentos de Aluguéis, Brasil, 2001 e 2015.



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados das PNAD's anuais, 2001 e 2015